



**ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS,  
DIVIDIDA EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL DA COMPANHIA  
PETROLÍFERA MARLIM.**



**PREÂMBULO**

Pela presente Escritura: (i) Companhia Petrolífera Marlim, sociedade por ações com sede e foro na Cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Elias Agostinho, 665, Bloco F, sala 207, Ponta de Imbetiba, inscrita no CNPJ sob o nº 02.854.397/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante denominada EMISSORA); e (ii) representando a comunhão de debenturistas, adquirentes das debêntures objeto da presente emissão, Planner Corretora de Valores S.A., instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista, 2.439 - 11º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 00.806.535/0001-54, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante denominada AGENTE FIDUCIÁRIO DOS DEBENTURISTAS), vêm por esta e na melhor forma de direito firmar a presente Escritura da 1ª Emissão em Duas Séries de Debêntures (doravante denominada "Escritura"), contendo as seguintes cláusulas e condições:

Os termos iniciados em maiúscula desta Escritura têm os mesmos significados a eles atribuídos nos "Documentos de Garantia" (Contratos de Penhor de Petróleo, Contrato de Penhor de Ativos e Contrato de Caução de Ações, todos firmados em 14 de dezembro de 1998 conforme aditados e abaixo definidos), no "Contrato de Agenciamento Fiduciário" (celebrado entre a Companhia Petrolífera Marlim, Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES ("BNDES"), Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras ("Petrobras") e Banco Chase Manhattan S.A. ("Chase"), em 14 de dezembro de 1998 conforme aditado) e no "Contrato de Partilha de Garantias" (celebrado entre o BNDES, Banco Itaú S.A. e Chase, em 30 de dezembro de 1998), a não ser que aqui diferentemente determinado.

**CLÁUSULA I - DA AUTORIZAÇÃO**

A presente Escritura é firmada com base em deliberações das Assembleias Gerais Extraordinárias dos acionistas da EMISSORA realizadas em 19 de dezembro de 2000 e 26 de janeiro de 2001.

Nos termos do § 1º do artigo 59 da Lei 6.404/76, a Assembleia Geral Extraordinária da EMISSORA delegou ao seu Conselho de Administração poderes para deliberar sobre as seguintes matérias: (i) época e condições de vencimento, amortização ou resgate das debêntures; (ii) época e condições do pagamento dos juros; (iii) o modo de subscrição ou colocação e o tipo das debêntures; (iv) o cancelamento de debêntures que eventualmente não sejam colocadas e, se e quando necessário, das debêntures que se encontrem em tesouraria; e (v) a homologação da remuneração definitiva das debêntures, a ser estabelecida em processo de "book building".



COMPANHIA PETROLÍFERA MARLIM  
ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES



## CLÁUSULA II - DOS REQUISITOS

A 1ª emissão de debêntures da EMISSORA (doravante denominada "Emissão", e aquelas denominadas individualmente por "Debênture" e coletivamente por "Debêntures") será feita com observância dos seguintes requisitos:

### 2.1. Arquivamento e Publicação das Atas das Assembleias Gerais Extraordinárias

As atas das Assembleias Gerais Extraordinárias, de 19 de dezembro de 2000 e 26 de janeiro de 2001, que deliberaram sobre a presente Emissão de Debêntures serão arquivadas na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal do Commercio.

### 2.2. Registro da Escritura

A presente Escritura será registrada no competente Registro Geral de Imóveis do local em que se encontra a sede da EMISSORA.

### 2.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A 1ª Emissão de Debêntures da EMISSORA será registrada na CVM - Comissão de Valores Mobiliários (doravante denominada "CVM"), na forma das Leis nºs 6.385, de 7/12/76; 6.404, de 15/12/76; 9.457, de 5/5/97, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

## CLÁUSULA III - DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

### 3.1. Objeto Social da EMISSORA

A EMISSORA tem por objeto social a formação de um consórcio com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras para a participação conjunta na complementação do desenvolvimento do Campo de Marlim, localizado na Bacia de Campos, Estado do Rio de Janeiro e o desenvolvimento de todas as outras atividades correlatas, incluindo:

- (a) a compra, venda e importação de equipamentos em geral, para utilização na produção de petróleo e todas as outras atividades relacionadas;
- (b) a contratação de serviços relacionados à produção de petróleo e todas as outras atividades relacionadas; e
- (c) a comercialização de petróleo e todas as atividades relacionadas.

### 3.2. Número da Emissão

A presente Escritura constitui a 1ª emissão de Debêntures da EMISSORA, dividida em duas séries.



2 (de 27)

COMPANHIA PETROLÍFERA MARLIM  
ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES



03  
Mab

### 3.3. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão é de R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), no dia 01 de dezembro de 2000 ("Data de Emissão"), sendo R\$700.000.000,00 (setecentos milhões de reais) na primeira série e R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) na segunda série.

### 3.4. Destinação dos Recursos

Os recursos obtidos através da presente Emissão serão destinados integralmente ao pagamento das notas promissórias, emitidas pela EMISSORA em 11 de dezembro de 2000, no valor total de R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) e com vencimento no dia 09 de março de 2001.

### 3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

A distribuição das Debêntures será pública, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para negociação em mercado de balcão organizado, adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição referido no Artigo 33 da Instrução CVM nº13, de 30 de setembro de 1980, inexistindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos, sendo atendidos preferencialmente, em igualdades de condições, os clientes das instituições financeiras coordenadoras da distribuição das Debêntures e de eventuais instituições subcontratadas, que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

As instituições financeiras coordenadoras da distribuição e eventuais subcontratadas apenas poderão promover a colocação das Debêntures da segunda série desta Emissão depois de colocada a totalidade das Debêntures da primeira série ou após o cancelamento das Debêntures da primeira série que não foram colocadas.

### 3.6. Registro da Negociação

As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário no SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos.

## CLÁUSULA IV - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

### 4.1. Características Básicas

#### 4.1.1. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão será de R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), na Data de Emissão.



3 (de 27)

PLANO DE COMPANHIA PETROLÍFERA MARLIM  
ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES

Handwritten signatures and initials.



#### 4.1.2. Valor Nominal Unitário

O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal Unitário") na Data de Emissão.

#### 4.1.3. Número de Séries

A Emissão será feita em duas séries, sendo a primeira série no montante de R\$700.000.000,00 (setecentos milhões de reais) e a segunda série no montante de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), na Data de Emissão.

#### 4.1.4. Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 100.000 (cem mil) Debêntures, sendo 70.000 (setenta mil) Debêntures da primeira série e 30.000 (trinta mil) Debêntures da segunda série.

#### 4.1.5. Data de Emissão

Para todos os fins e efeitos, a Data de Emissão das Debêntures será o dia 01 de dezembro de 2000.

#### 4.1.6. Prazo de Vencimento

O prazo de vencimento das Debêntures será de 60 (sessenta) meses, a contar da Data de Emissão, ou seja, dia 01 de dezembro de 2005.

#### 4.1.7. Forma

As Debêntures serão da forma nominativa escritural, sendo o Banco Itaú S.A. o responsável pela sua escrituração ("Banco Escriurador").

#### 4.1.8. Certificados de Debêntures

Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo Extrato de Conta de Depósito de Debêntures Escriturais, emitido pelo Banco Escriurador responsável pela escrituração das Debêntures, contratado pela EMISSORA.

#### 4.1.9. Conversibilidade

As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da EMISSORA.

#### 4.1.10. Espécie

As Debêntures serão da espécie com garantia real, compartilhando garantias previamente estabelecidas em favor de certos credores anteriores da EMISSORA. De acordo com os termos e condições dos

04  
11/10/00  
Banco Itaú  
Centro - N



4 (de 27)

Handwritten signatures and initials.



contratos de garantia assinados pela EMISSORA, novos credores podem ser admitidos como "Subsequentes" e desta forma tomarem-se beneficiários, partilhando as garantias objeto dos contratos abaixo descritos: (i) Contrato de Penhor de Petróleo, (ii) Contrato de Penhor de Ativos e (iii) Contrato de Caução de Ações ("Documentos de Garantia").

#### 4.2. Remuneração

A partir da Data de Emissão, as Debêntures da primeira série farão jus à seguinte "Remuneração":

##### Juros Remuneratórios:

As Debêntures da primeira série farão jus ao pagamento de "Juros Remuneratórios" equivalentes a, no máximo, 100% da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, denominada Taxa DI, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP, doravante denominada "Taxa DI", capitalizada de *spread* máximo de 0,5% ao ano (CDI+ 0,5% ao ano). As taxas serão calculadas de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures desde a Data de Emissão, ou data de vencimento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$JR = VN \times \{[(f_1 \times f_2 \dots \times f_j) \times S] - 1\}$$

onde,

JR = valor dos Juros Remuneratórios a ser pago nas datas dos seus respectivos vencimentos;

VN = Valor Nominal Unitário da Debênture no início do Período de Capitalização (conforme definido abaixo);

$(f_1 \times f_2 \dots \times f_j)$  = fator de variação acumulado da Taxa DI, capitalizado do *spread*, entre a data de início e a data final do "Período de Capitalização" dos Juros Remuneratórios, calculado conforme fórmula abaixo.

Os termos  $f_1$ ,  $f_2$ ,  $f_j$  serão obtidos de acordo com a seguinte fórmula:

$$f_j = \left[ \left( 1 + \frac{\text{Taxa DI}_j}{100} \right)^{\frac{1}{252}} \right]$$

onde,

$f_j$  = fator da Taxa DI referente ao dia  $j$ ;



*[Handwritten signature]*

5 (de 27)

COMPANHIA PETROLÍFERA MARLIM  
ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES

*[Handwritten signatures and initials]*





Taxa DIj = Taxa DI, em percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP, referida ao dia j;

S = fator de *spread* final ao ano, base 252 dias, calculado conforme fórmula abaixo.

$$S = \left\{ \left[ \left( 1 + \frac{b}{100} \right)^{\frac{du}{252}} \right] \right\}$$

onde:

b = *spread* a ser determinado em processo de *book building*, limitado ao máximo de 0,5, para 0,5% a.a.;

du = número de dias úteis do Período de Capitalização.

- X Os Juros Remuneratórios serão devidos semestralmente, nos dias 01 de junho e 01 de dezembro dos anos de 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005.

No caso de extinção ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Taxa DI, será utilizado em sua substituição o parâmetro legal que vier a ser determinado, se houver. Caso não haja substituto legal, o AGENTE FIDUCIÁRIO DOS DEBENTURISTAS deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento, realizar a Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados no artigo 124 da Lei nº 6.404/76), para a deliberação, de comum acordo com a EMISSORA, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 07/99 e/ou regulamentação aplicável, do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures a ser proposto pela EMISSORA.

Na ausência de critério legal, a mesma Assembleia deliberará sobre a Remuneração a que as Debêntures farão jus no período compreendido entre a data da última Remuneração apurada e a data da aludida Assembleia.

Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da EMISSORA não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada a última Taxa DI divulgada até 10 (dez) dias anteriores ao do vencimento da obrigação, não sendo devidas quaisquer compensações entre a EMISSORA e os debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias anteriores ao do vencimento da obrigação, aplicar-se-á o disposto nos parágrafos acima quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures.

Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração entre os debenturistas representando 2/3 (dois terços) do total das Debêntures em circulação e a EMISSORA, as Debêntures deverão ser resgatadas na sua totalidade, no prazo de 30 dias contados da data da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. O resgate ao qual se refere esta cláusula não será acrescido de prêmio de qualquer natureza.



6 (de 27)

COMPANHIA PETROLÍFERA MARLIM  
ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES

*[Handwritten signatures and initials]*



Companhia Petrolífera Marlim



As Debêntures da segunda série farão jus à seguinte Remuneração:

(a) Atualização:

As Debêntures da segunda série terão seu "Valor Nominal Unitário" atualizado a partir da Data de Emissão, ou da data do último pagamento da Atualização, conforme o caso, pelo IGP-M – Índice Geral de Preços do Mercado, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times \left[ 1 + \frac{IGPM_1}{100} \right]^{\frac{d_1}{D1}} \times \left[ 1 + \frac{IGPM_2}{100} \right]^{\frac{d_2}{D2}} \times \dots \times \left[ 1 + \frac{IGPM_n}{100} \right]^{\frac{d_n}{Dn}}$$

onde:

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado;

VNe = Valor Nominal Unitário;

IGPMn = índice do IGP-M na forma percentual, relativo ao mês n;

d n = número de dias corridos do 1º dia do mês da "Atualização", até a data de Atualização;

Dn = número de dias do mês n corrente.

O IGP-M deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

- X A aplicação do IGP-M incidirá anualmente, ou no menor período permitido pela legislação em vigor, nesse caso, sem necessidade de ajuste à Escritura ou qualquer outra formalidade.

No caso de extinção ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures do IGP-M, será utilizado em sua substituição o parâmetro legal que vier a ser determinado, se houver. Caso não haja substituto legal, o AGENTE FIDUCIÁRIO DOS DEBENTURISTAS deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento, realizar a Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados no artigo 124 da Lei nº 6.404/76), para a deliberação, de comum acordo com a EMISSORA, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 07/99 e/ou regulamentação aplicável, do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures a ser proposto pela EMISSORA.

Na ausência de critério legal, a mesma Assembleia deliberará sobre a Remuneração a que as Debêntures farão jus no período compreendido entre a data da última Remuneração apurada e a data da aludida Assembleia.

Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da EMISSORA não houver divulgação do IGP-M, será aplicado o último IGP-M divulgado até 10 (dez) dias anteriores ao do vencimento da



COMPANHIA PETROLÍFERA MARLIM  
ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES

7 (de 27)

*[Handwritten signatures and initials]*



obrigação, não sendo devidas quaisquer compensações entre a EMISSORA e os debenturistas quando da divulgação posterior do IGP-M que seria aplicável. Se a não divulgação do IGP-M for superior ao prazo de 10 (dez) dias anteriores ao do vencimento da obrigação, aplicar-se-á o disposto nos parágrafos acima quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures.

Em qualquer hipótese mencionada nesta cláusula, caso não haja acordo sobre a nova Remuneração entre os debenturistas representando 2/3 (dois terços) do total das Debêntures em circulação e a EMISSORA, as Debêntures deverão ser resgatadas na sua totalidade, no prazo de 30 dias contados da data da realização da Assembléia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. O resgate ao qual se refere esta cláusula não será acrescido de prêmio de qualquer natureza.

(b) Juros Remuneratórios:

As Debêntures da segunda série farão jus ao pagamento de Juros Remuneratórios pré-fixados à taxa máxima de 12% ao ano (doze por cento ao ano), incidentes sobre o saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário atualizado, calculados cumulativa e exponencialmente, por dias úteis, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, desde a Data de Emissão, ou data de vencimento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de pagamento dos Juros Remuneratórios devidos ao final do Período de Capitalização, conforme definido abaixo, de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNa \times \left\{ \left[ \left( 1 + \frac{b}{100} \right)^{\frac{n}{252}} \right] - 1 \right\}$$

onde:

J = Valor dos Juros Remuneratórios devidos ao final de cada Período de Capitalização;

VNa = Saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário Atualizado em Reais na data de início de cada Período de Capitalização;

b = taxa a ser fixada em processo de *book building*, limitada ao máximo de 12, para 12% a.a.;

n = Número de dias úteis do respectivo Período de Capitalização.

A Atualização e os Juros Remuneratórios serão devidos anualmente, nos dias 01 de dezembro dos anos de 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005.

Define-se Período de Capitalização como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do último vencimento da Remuneração das respectivas séries, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do próximo vencimento da



8 (de 27)

COMPANHIA PETROLÍFERA MARLIM  
ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES





Remuneração das respectivas séries. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

A Remuneração definitiva das Debêntures das 2 (duas) séries será determinada em processo de *book building*, devendo ser aprovada pelo Conselho de Administração da EMISSORA, publicada em até 1 (um) dia útil após sua determinação, e deverá constar dos anúncios de início de distribuição pública das Debêntures, a serem publicados conforme definido na Cláusula IV, item 4.7.1.

#### 4.3. Repactuação

Não haverá repactuação.

#### 4.4. Garantias

##### 4.4.1. Garantias Reais

Os debenturistas compartilharão as garantias previamente estabelecidas em condições *pari passu* com certos credores anteriores da EMISSORA. De acordo com os termos e condições dos contratos de garantia assinados pela EMISSORA, novos credores podem ser admitidos como "Credores Subsequentes" e desta forma tornarem-se beneficiários, partilhando as garantias objeto dos contratos abaixo descritos e constantes como anexos desta Escritura: (i) Contrato de Penhor de Petróleo (ii) Contrato de Penhor de Ativos; e (iii) o Contrato de Caução de Ações.

Mediante a adesão aos Documentos de Garantia e ao Contrato de Partilha de Garantias, nos termos determinados nos contratos supra indicados, os debenturistas, representados pelo AGENTE FIDUCIÁRIO DOS DEBENTURISTAS, tornar-se-ão "Partes Garantidas" e partilharão com o BNDES e demais Partes Garantidas, em condições *pari passu*, as garantias supra citadas. Os principais termos dos contratos de garantia são os que seguem:

(a) Contrato de Penhor de Petróleo - Celebrado originalmente entre a EMISSORA, Petrobras, BNDES e Chase, na qualidade de interveniente-anuente, em 14 de dezembro de 1998. O contrato é aditado periodicamente para incluir os adquirentes dos títulos emitidos pela EMISSORA como Partes Garantidas. Através do Contrato de Penhor de Petróleo, a Petrobras deu em penhor à EMISSORA, que por sua vez deu em sub-penhor às Partes Garantidas, (i) todo o petróleo produzido a partir do Campo de Marlim; (ii) todo e qualquer derivado processado a partir do petróleo produzido, qualquer que seja a sua localização; e (iii) todo e qualquer montante que possa resultar da comercialização dos bens mencionados em (i) e (ii). Os bens empenhados tornam-se exigíveis desde a ocorrência de um Evento de Inadimplemento, pelo número de dias necessários para a satisfação integral das "Obrigações Garantidas", mas que, em qualquer hipótese, não deverá exceder a 720 dias. "Petróleo", nos termos do Contrato de Penhor de Petróleo, significa a produção total do Campo de Marlim (média diária de 540.000 barris/dia). O volume de petróleo empenhado diariamente nos termos deste contrato corresponde ao volume produzido, ou seja, 540 mil barris, que ao preço de US\$23,197 (vinte e três dólares vírgula cento e noventa e sete) o barril, em 20 de outubro de 2000, corresponde a US\$12.526.380,00 (doze milhões, quinhentos e vinte e seis mil, trezentos e oitenta dólares), valor este, que na mesma data, equivale a R\$23.697.405,68 (vinte e três



9 (de 27)

COMPANHIA PETROLÍFERA MARLIM  
ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES



milhões, seiscentos e noventa e sete mil, quatrocentos e cinco reais e sessenta e oito centavos (R\$1,8918). O valor do Petróleo empenhado equivale a 75% do preço médio, em dólar norte-americano na data em que foi calculado, do petróleo Brent-Datado (que em 20 de outubro de 2000 estava fixado em US\$30,930), conforme publicado pela Platt's Crude Oil, multiplicado pelo número de barris produzidos do Campo de Marlim.

Ainda nos termos do Contrato de Penhor de Petróleo, a EMISSORA, com a expressa anuência da Petrobras, deu em penhor às Partes Garantidas os direitos pignoratícios acima descritos, para garantia da dívida representada pelos Contratos de Financiamento. Para fins de captação pela Petrobras de recursos necessários à sua contribuição ao Projeto Marlim, nos termos do Contrato de Consórcio, a Petrobras poderá oferecer até 30% (trinta por cento) do Petróleo para seus credores em condição *pari passu* aos demais beneficiários do Penhor de Petróleo.

(b) Contrato de Penhor de Ativos - Celebrado originalmente entre a EMISSORA, Petrobras, BNDES e Chase, através do qual a EMISSORA deu em penhor mercantil às Partes Garantidas, em 14 de dezembro de 1998, os ativos de sua exclusiva propriedade. O Contrato de Penhor de Ativos é aditado periodicamente para incluir os subscritores dos títulos emitidos pela EMISSORA como Partes Garantidas. Esse contrato totalizava R\$1.689.477.717,45 (um bilhão, seiscentos e oitenta e nove milhões, quatrocentos e setenta e sete mil, setecentos e dezessete reais e quarenta e cinco centavos), em 20 de outubro de 2000. Adicionalmente, a EMISSORA prometeu constituir em favor do BNDES e dos Credores Subseqüentes (inclusive os adquirentes das Debêntures), penhor sobre todos os demais ativos que venha a adquirir, assumindo, para tanto, a obrigação de celebrar com as Partes Garantidas aditivos ao Contrato de Penhor de Ativos. A Petrobras foi nomeada como depositária, nos termos do artigo 276 do Código Comercial.

(c) Contrato de Caução de Ações - Celebrado originalmente entre ABN AMRO Brasil Participações S.A., BNDES Participações S.A. - BNDESPar, BNDES e na qualidade de intervenientes-anuentes a EMISSORA e o Chase, em 14 de dezembro de 1998. O contrato foi aditado em 22 de junho de 1999 para refletir a formação da Marlim Participações S.A., atual acionista majoritária da EMISSORA, e é aditado periodicamente para incluir os subscritores dos títulos emitidos pela EMISSORA como Partes Garantidas. Através do Contrato de Caução de Ações, os acionistas da EMISSORA deram em penhor às Partes Garantidas, (i) a totalidade das ações representativas do capital social da EMISSORA de que são proprietários, bem como as ações que vierem a deter no futuro e (ii) todos os dividendos, bonificações e demais direitos relativos às ações caucionadas. O valor das ações caucionadas equivalia, em outubro de 2000, a aproximadamente R\$294.212.356,09 (duzentos e noventa e quatro milhões, duzentos e doze mil, trezentos e cinquenta e seis reais e nove centavos).

#### 4.4.2. Limite da Emissão

A presente Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei nº 6.404/76, conforme demonstrado a seguir:



COMPANHIA PETROLÍFERA MARLIM  
ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES

10 (dc 27)

Handwritten signature: *[Illegible]*


**Garantias (base: 30/09/2000)**  
 R\$ mil

Petróleo Empenhado (1)	8.417.137
Caução de Ações	293.985
Ativos Imobilizados	1.321.058
<b>Total das Garantias</b>	<b>10.032.180</b>

**Passivo Pro-Forma (base: 30/09/2000)**  
 R\$ mil

1ª Emissão de Debêntures (2)	1.000.000
BNDES	368.916
Medium Term Notes Program	892.621
<b>Total das Dívidas Garantidas</b>	<b>2.261.537</b>

80% do Valor das Garantias Reais (valor máximo de endividamento com garantia real) 8.025.744

Passivo/Garantias 22,54%

(1) O valor do Petróleo empenhado foi calculado com base em valores médios no período compreendido entre 01/01/2000 e 30/11/2000, de forma a apresentar um resultado menos suscetível a flutuações pontuais das quantidades da extração média diária de petróleo, do valor do dólar, e do valor do barril de petróleo no mercado internacional. Para este fim, foram aplicados os parâmetros abaixo relacionados:

- 70% da extração média diária do período compreendido entre 01/01/2000 e 30/11/2000, de 425.610 barris por dia;
- multiplicada por 720 dias;
- multiplicada por 75% do preço médio de US\$28,78 do barril do petróleo Brent-Datado no período de 04/01/2000 a 30/11/2000, equivalente a US\$21.585;
- multiplicada pela média do câmbio comercial no período de 01/01/2000 a 30/11/2000, equivalente a 1.8179.

(2) Pro-Forma, com a substituição das Notas Promissórias da 6ª Emissão, emitidas em 11/12/2000, pelas Debêntures, conforme o item 3.4 da Cláusula III.

#### 4.5. Subscrição

A subscrição das Debêntures será efetuada por meio dos procedimentos do Sistema de Distribuição de Títulos - SDT, disponibilizado pela CETIP.

##### 4.5.1. Prazo de Subscrição

As Debêntures serão subscritas em até 6 (seis) meses contados do deferimento do pedido de registro da Emissão pela CVM.

##### 4.5.2. Preço de Subscrição

As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização, de acordo com a Cláusula IV, item 4.2 desta Escritura.

##### 4.5.3. Integralização

A integralização das Debêntures será à vista, no ato da subscrição.



11 (de 27)

COMPANHIA PETROLÍFERA MARLIM  
 ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES



#### 4.5.4. Forma de Pagamento

As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional.

#### 4.6. Condições de Pagamento

##### 4.6.1. Pagamento do Principal

O valor integral do principal das Debêntures será pago na Data de Vencimento, ou seja, 01 de dezembro de 2005.

##### 4.6.2. Local de Pagamento

Os pagamentos das Debêntures serão efetuados pela EMISSORA em sua sede ou em estabelecimento de instituições financeiras contratadas para esse fim, ou, ainda, através do SND.

##### 4.6.3. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário no local de pagamento das Debêntures ou na cidade de São Paulo.

##### 4.6.4. Encargos Moratórios

Ocorrendo impuntualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 10% sobre o valor devido e juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante assim devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança.

##### 4.6.5. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo ao disposto no item precedente, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da EMISSORA, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela EMISSORA, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

#### 4.7. Comunicações

##### 4.7.1. Publicidade

Todos os atos e decisões que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos debenturistas deverão ser, obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, na edição nacional do jornal Gazeta Mercantil -



12 (de 27)



edição nacional, bem como no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal do Comércio, exceção feita aos Anúncios de Início e de Encerramento de Distribuição, que apenas serão publicados na Gazeta Mercantil.



#### 4.7.2. Endereçamento

As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

**Para a EMISSORA:**

Companhia Petrolífera Marlim  
Avenida Elias Agostinho, 665, Bloco F, sala 207  
Macaé, Rio de Janeiro  
CEP: 27913-350  
At. Sr. Luiz Fontoura de Oliveira Reis Filho  
Telefone: (11) 526-9785  
Fac-símile: (11) 550-9947  
E-mail: luiz.reis@br.abnamro.com

**Para o AGENTE FIDUCIÁRIO DOS DEBENTURISTAS:**

Planner Corretora de Valores S.A.  
Avenida de Paulista, nº 2.439, 11º andar  
São Paulo, São Paulo  
CEP: 01311-300  
At. Srta. Viviane A. Rodrigues dos Santos  
Telefone: (11) 3061-9444  
Fax: (11) 3061-0964  
E-mail: agfiduciario@planner.com.br

**Quando aplicável:**

**Para o BANCO MANDATÁRIO E ESCRITURADOR:**

Banco Itaú S.A.  
Rua Boa Vista, 185 - 6º andar  
São Paulo, São Paulo  
CEP: 01014-001  
At. Srta. Ivonete Ramos de Moura  
Telefone: (11) 237-5518  
Fac-símile: (11) 605-1090

As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo Correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina



13 (de 27)





utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada a todas as partes pela EMISSORA.



#### CLÁUSULA V - DAS OBRIGAÇÕES DA EMISSORA

Enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a EMISSORA obriga-se a:

Notificar imediatamente o AGENTE FIDUCIÁRIO DOS DEBENTURISTAS sobre qualquer alteração substancial, ou qualquer indício de alteração substancial, nas condições (financeiras ou outras) ou nos negócios em geral da EMISSORA ou de qualquer de suas controladas que:

- (a) possa impossibilitar ou dificultar, de forma relevante, o cumprimento pela EMISSORA de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures; ou
- (b) faça com que as demonstrações financeiras ou as informações financeiras fornecidas pela EMISSORA à CVM não mais reflitam a real condição financeira da EMISSORA.

#### CLÁUSULA VI - DA COMPRA OU RESGATE DAS DEBÊNTURES PELA EMISSORA

##### 6.1. Aquisição Facultativa

A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação, observado o disposto no artigo 55 da Lei nº 6.404/76. As Debêntures adquiridas pela EMISSORA poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da EMISSORA, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela EMISSORA para permanência em tesouraria, nos termos deste item, se e quando colocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.

##### 6.2. Resgate Antecipado

A EMISSORA terá o direito de proceder ao resgate total ou parcial das Debêntures em circulação. As Debêntures da primeira série poderão ser resgatadas a partir do 12º mês de vigência da Emissão, contado da Data de Emissão, e mediante aviso prévio de 60 (sessenta) dias através de publicação conforme previsto no item 4.7.1 da Cláusula IV, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, até a data do efetivo pagamento. As Debêntures da segunda série, indexadas ao IGP-M, poderão ser resgatadas antecipadamente pela EMISSORA, ao final do 12º mês contado da Data de Emissão, e mediante aviso prévio de 60 (sessenta) dias através de publicação conforme previsto no item 4.7.1 da Cláusula IV, e a partir de então, a cada doze meses sucessivamente, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, até a data do efetivo pagamento.



14 (de 27)

COMPANHIA PETROLÍFERA MARLIM  
ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES



Na hipótese do resgate antecipado parcial, adotar-se-á o critério de sorteio, a ser realizado na presença do AGENTE FIDUCIÁRIO DOS DEBENTURISTAS e com divulgação pela imprensa, de acordo com o disposto no item 4.7.1, inclusive no que concerne às regras do sorteio.

### 6.3 Resgate Facultativo aos Debenturistas

Os debenturistas poderão solicitar à EMISSORA que resgate as Debêntures em circulação, ao final do décimo segundo mês, contado da Data de Emissão, e, posteriormente, ao final de cada período de doze meses, pelo seu Valor Nominal Unitário atualizado pela Remuneração, até a data do efetivo pagamento, multiplicado pelos percentuais abaixo:

<i>Data de Resgate (*)</i>	<i>Percentual do Resgate</i>
ao final do 12º mês	60%
ao final do 24º mês	65%
ao final do 36º mês	70%
ao final do 48º mês	75%

(\*) contado da Data de Emissão

O valor de resgate será apurado multiplicando-se o Valor Nominal Unitário atualizado pelo percentual acima apresentado, da seguinte forma:

$$\text{Valor de Resgate} = \text{Valor Nominal Unitário Atualizado} * \text{Percentual do Resgate}$$

Os debenturistas que desejarem ter as Debêntures resgatadas, nos termos deste item 6.3 deverão comunicar referida decisão por escrito ao AGENTE FIDUCIÁRIO DOS DEBENTURISTAS, num prazo mínimo de 65 (sessenta e cinco) dias corridos, contados da respectiva data de resgate, informando o número de Debêntures a serem resgatadas. Em até 60 (sessenta) dias corridos contados da respectiva data de resgate, o AGENTE FIDUCIÁRIO DOS DEBENTURISTAS deverá comunicar a EMISSORA, por escrito, informando o número total de Debêntures a serem resgatadas nos termos deste item 6.3.

### 6.4. Vencimento Antecipado

Após a deliberação de debenturistas representando 2/3 (dois terços) do total das Debêntures em circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, o AGENTE FIDUCIÁRIO DOS DEBENTURISTAS deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela EMISSORA do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido de Remuneração e encargos, no prazo de até 3 (três) dias úteis, a contar da data da notificação que assim o determina, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial, em caso de ocorrência dos seguintes eventos:

- transferência, direta ou indireta, do controle da EMISSORA;
- falta de pagamento de qualquer valor devido em relação às Debêntures;



15 (de 27)

COMPANHIA PETROLÍFERA MARLIM  
ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES



- c) inadimplemento do pagamento de qualquer Contrato de Financiamento;
- d) término por inadimplemento ou invalidade do Contrato de Consórcio, Contrato de Suporte ou do Contrato de Concessão, ou de qualquer Documento de Garantia ou, ainda, renúncia pela Petrobras ou pela Marlim de quaisquer de seus direitos previstos nesses documentos;
- e) ocorrência de um Evento de Inadimplemento nos termos, e conforme definido, em qualquer Contrato de Financiamento firmado entre a EMISSORA e qualquer Parte Garantida;
- f) inadimplemento da EMISSORA quanto à sua obrigação ora assumida de manter a condição *pari passu* das Debêntures em relação a qualquer outra obrigação financeira, presente ou futuramente contraída pela EMISSORA, salvo quanto às obrigações contraídas pela EMISSORA no Contrato de Caução de Contas firmado com o BNDES, The Chase Manhattan Bank e Chase.

#### CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

- a) fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO DOS DEBENTURISTAS:
  - a.1) dentro de, no máximo, 60 dias após o término de seu primeiro semestre social, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo semestre social,
  - a.2) dentro de no máximo 90 dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à EMISSORA, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da EMISSORA,
  - a.3) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993, nos prazos ali previstos,
  - a.4) com antecedência mínima de três dias úteis, notificação da convocação de qualquer Assembleia Geral, e prontamente fornecer cópias de todas as atas de todas as Assembleias Gerais, bem como a data e ordem do dia da Assembleia a realizar e de todas as reuniões do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal,
  - a.5) na mesma data de suas publicações, os atos e decisões referidos no item 4.7,
  - a.6) imediatamente, qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada,
  - a.7) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela EMISSORA relacionada a um Evento de Inadimplemento, imediatamente após o seu recebimento,



16 (de 27)

COMPANHIA PETROLÍFERA MARLIM  
ESCRITURA DA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES



a.8) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os debenturistas no prazo de até cinco dias contados da respectiva data de vencimento;

a.9) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados no item 6.4, imediatamente após a sua ocorrência;

b) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;

c) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e permitir que representantes do AGENTE FIDUCIÁRIO DOS DEBENTURISTAS (ou de auditor independente por este contratado, a expensas da EMISSORA) tenham acesso irrestrito aos livros e demais registros contábeis da EMISSORA;

d) convocar, nos termos do item 9.1 desta Escritura, Assembléia Geral de Debenturistas, para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o AGENTE FIDUCIÁRIO DOS DEBENTURISTAS não o faça;

e) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas;

f) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;

g) manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus acionistas e debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76, quando solicitado;

h) manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, aos debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;

i) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;

j) notificar o AGENTE FIDUCIÁRIO DOS DEBENTURISTAS sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da EMISSORA;

k) não pagar dividendos, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, nem qualquer outra participação estatutariamente prevista, se estiver em mora, relativamente ao pagamento de quaisquer valores devidos aos debenturistas, relativos às Debêntures, cessando tal proibição tão logo seja purgada a mora; e



COMPANHIA PETROLÍFERA MARLIM  
ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES

17 (de 27)



- l) manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes, especialmente aquelas que constituam garantia real da presente Emissão.

## CLÁUSULA VIII - DO AGENTE FIDUCIÁRIO DOS DEBENTURISTAS

### 8.1. Nomeação

A EMISSORA constitui e nomeia AGENTE FIDUCIÁRIO DOS DEBENTURISTAS da Emissão objeto desta Escritura, Planmer Corretora de Valores S.A., acima qualificada, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar perante a EMISSORA a comunhão dos titulares das Debêntures.

### 8.2. Declaração

O AGENTE FIDUCIÁRIO DOS DEBENTURISTAS, nomeado na presente Escritura, declara:

- a) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 56, § 3º, da Lei nº 6.404/76, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23/11/83, para exercer a função que lhe é conferida;
- b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- d) estar ciente dos termos da Circular nº 1.832, de 31/10/90, do Banco Central; e
- e) que verificou a regularidade da constituição das garantias reais, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade.

A EMISSORA, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o AGENTE FIDUCIÁRIO DOS DEBENTURISTAS que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

### 8.3. Substituição

Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, morte ou qualquer outro motivo de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 dias contados do evento que a determinar, Assembleia dos Debenturistas para a escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO DOS DEBENTURISTAS, a qual poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO DOS DEBENTURISTAS a ser substituído, pela EMISSORA, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até oito dias antes do término do prazo acima citado, caberá à EMISSORA efetuar-lá.



COMPANHIA PETROLÍFERA MARLIM  
ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES

18 (de 27)





Na hipótese de não poder o AGENTE FIDUCIÁRIO DOS DEBENTURISTAS continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO DOS DEBENTURISTAS e à indicação de seu substituto, em Assembleia especialmente convocada para esse fim.

A substituição, em caráter permanente, do AGENTE FIDUCIÁRIO DOS DEBENTURISTAS fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM n.º 28, de 23/11/83, e eventuais normas posteriores.

A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO DOS DEBENTURISTAS deverá ser objeto de Aditamento à presente Escritura, que deve ser averbado no Registro Geral de Imóveis do local onde será registrada a presente Escritura.

O AGENTE FIDUCIÁRIO DOS DEBENTURISTAS entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura ou de eventual Aditamento relativo a sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

Aplicam-se às hipóteses de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO DOS DEBENTURISTAS as normas e preceitos da CVM.

#### 8.4. Deveres

Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO DOS DEBENTURISTAS:

- a) aderir, em representação aos interesses dos debenturistas, aos Documentos de Garantia mencionados na Cláusula IV, item 4.4.1 desta Escritura e ao Contrato de Partilha de Garantias, devendo nomear o Chase para, na qualidade de mandatário, atuar como Agente Fiduciário para os fins previstos no Contrato de Agenciamento Fiduciário datado de 14 de dezembro de 1998, conforme aditado, de acordo com as disposições ali contidas;
- b) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- c) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- d) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;



COMPANHIA PETROLÍFERA MARLIM  
ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES

19 (de 27)



- c) verificar a observância, pela EMISSORA, dos limites da Emissão previstos no artigo 68, § 1º, inciso III, da Lei nº 6.404/76, em função de garantia real oferecida;
- f) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- g) promover, nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, o registro desta Escritura e respectivos Aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da EMISSORA para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- h) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- i) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- j) verificar a regularidade da constituição de garantias reais e de eventuais garantias flutuantes e fidejussórias que venham a ser constituídas, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- k) examinar a proposta de substituição de bens dados em garantia, quando esta estiver autorizada pela Escritura, manifestando a sua expressa e justificada concordância;
- l) intimar a EMISSORA a reforçar a garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- m) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento e Procuradoria da Fazenda Pública onde se localiza a sede do estabelecimento principal da EMISSORA;
- n) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na EMISSORA;
- o) convocar, quando necessário, a Assembleia de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a EMISSORA deve efetuar suas publicações;
- p) comparecer à Assembleia de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- q) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º alínea "b" da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:



COMPANHIA PETROLÍFERA MARLIM  
ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES

20 (de 27)



q.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela EMISSORA, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela EMISSORA,

q.2) alterações estatutárias ocorridas no período,

q.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da EMISSORA enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da EMISSORA,

q.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado,

q.5) resgate, amortização, conversão, reacção e pagamento de juros das Debêntures realizado no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela EMISSORA,

q.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da EMISSORA,

q.7) relação dos bens e valores entregues à sua administração,

q.8) cumprimento de outras obrigações assumidas pela EMISSORA neste instrumento,

q.9) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de AGENTE FIDUCIÁRIO DOS DEBENTURISTAS,

q.10) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das Debêntures da presente Emissão;

r) colocar o relatório de que trata o inciso "q" à disposição dos debenturistas no prazo máximo de quatro meses, a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA, ao menos nos seguintes locais:

r.1) na sede da EMISSORA,

r.2) no seu escritório ou, quando se tratar de instituição financeira, no local por ela indicado,

r.3) na CVM,

r.4) nas Bolsas de Valores, quando for o caso,

r.5) na instituição que liderou a colocação das Debêntures;

s) publicar, nos órgãos da imprensa em que a EMISSORA deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra a sua disposição nos locais indicados no inciso



COMPANHIA PETROLÍFERA MARLIM  
ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES

21 (de 27)



- t) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à EMISSORA;
- u) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas;
- v) administrar os recursos oriundos da Emissão de Debêntures na ocorrência da hipótese prevista no § 2º, artigo 60, da Lei nº 6.404/76;
- w) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer da EMISSORA;
- x) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 dias, de qualquer inadimplemento, pela EMISSORA, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e às Bolsas de Valores.

#### 8.5. Atribuições Específicas

O AGENTE FIDUCIÁRIO DOS DEBENTURISTAS usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a EMISSORA para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da EMISSORA:

- a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b) executar garantias reais, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos debenturistas;
- c) requerer a falência da EMISSORA se não existirem garantias reais;
- d) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos debenturistas;
- e) representar os debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da EMISSORA.

O AGENTE FIDUCIÁRIO DOS DEBENTURISTAS somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a" a "d" do *caput* deste item se, convocada a Assembléia de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea "e" do *caput* deste item.

#### 8.6. Remuneração



22 (de 27)

COMPANHIA PETROLÍFERA MARLIM  
PLANILHA DE EMISSÃO DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES



Será devida ao AGENTE FIDUCIÁRIO DOS DEBENTURISTAS a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação aplicável e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- a) Parcelas anuais de R\$10.000,00 (dez mil reais) cada uma, vencendo-se a primeira parcela um ano após a Data de Emissão, e assim consecutivamente, todos os anos na mesma data, até o Prazo Final das Debêntures, ou seja, em 1º de dezembro de 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005.
- b) As parcelas referentes ao item "a" serão atualizadas anualmente de acordo com a variação do IGP-M acumulado no respectivo período.
- c) A remuneração será acrescida dos impostos ISS e PIS, e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a referida remuneração nas datas de cada pagamento, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.
- d) A remuneração não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem reembolsadas pela EMISSORA, mediante apresentação das faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes.

#### 8.7. Despesas

A EMISSORA ressarcirá o AGENTE FIDUCIÁRIO DOS DEBENTURISTAS de todas as despesas em que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos.

O ressarcimento a que se refere este item será efetuado imediatamente após a realização da respectiva prestação de contas à EMISSORA.

No caso de inadimplemento da EMISSORA, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o AGENTE FIDUCIÁRIO DOS DEBENTURISTAS venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela EMISSORA. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO DOS DEBENTURISTAS ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunidade dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do AGENTE FIDUCIÁRIO DOS DEBENTURISTAS, na hipótese de a EMISSORA permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 15 (quinze) dias, podendo o AGENTE FIDUCIÁRIO DOS DEBENTURISTAS solicitar garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:



23 (de 27)

COMPANHIA PETROLÍFERA MARLIM  
ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES





- a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b) extração de certidões;
- c) locomoções entre estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;
- d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

O crédito do AGENTE FIDUCIÁRIO DOS DEBENTURISTAS por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da EMISSORA e gozará das mesmas garantias das Debêntures, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.

## CLÁUSULA IX - DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

### 9.1. Convocação

A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO DOS DEBENTURISTAS, pela EMISSORA ou por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação ou pela CVM.

### 9.2. Quorum de Instalação

A Assembleia se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de debenturistas.

### 9.3. Mesa Diretora

A presidência da Assembleia caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

### 9.4. Quorum de Deliberação

Nas deliberações da Assembleia, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, com exceção da modificação das condições das Debêntures, que deverá ser deliberada por debenturistas que representem a maioria dos títulos em circulação, exceto se de outra maneira previsto nesta Escritura.



24 (de 27)

COMPANHIA PETROLÍFERA MARLIM  
ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES



## CLÁUSULA X - DECLARAÇÕES E GARANTIAS

### 10.1. Declarações e Garantias do Agente Fiduciário dos Debenturistas

O AGENTE FIDUCIÁRIO DOS DEBENTURISTAS declara e garante à EMISSORA que:

- a) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- b) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo AGENTE FIDUCIÁRIO DOS DEBENTURISTAS; e
- c) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do AGENTE FIDUCIÁRIO DOS DEBENTURISTAS, exequível de acordo com os seus termos e condições.

### 10.2. Declarações e Garantias da EMISSORA

A EMISSORA declara e garante ao AGENTE FIDUCIÁRIO DOS DEBENTURISTAS que:

- a) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- b) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela EMISSORA;
- c) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante da EMISSORA, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- d) os prospectos preliminar e final relativos à Emissão (denominados conjuntamente "Prospectos") contém: (i) todas as informações relevantes em relação à EMISSORA no contexto da presente Emissão e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da EMISSORA, de sua condição financeira, lucros, perdas e perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, sendo que tais informações não são enganosas, incorretas ou inverídicas; (ii) as declarações contidas nos Prospectos em relação à EMISSORA são verdadeiras e não são enganosas, incorretas ou inverídicas; (iii) as opiniões, análises e previsões expressas nos Prospectos em relação à EMISSORA foram dadas honestamente, sendo expressadas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis; (iv) não há outros fatos em relação à EMISSORA ou às Debêntures cuja omissão, no contexto dessa Emissão, faça com que alguma declaração dos Prospectos seja materialmente enganosa, incorreta ou inverídica; e (v) todos os esforços foram feitos pela EMISSORA para assegurar-se de que as declarações, informações e fatos descritos nos Prospectos são verdadeiros;



COMPANHIA PETROLÍFERA MARLIM  
ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES

25 (de 27)



e) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a EMISSORA seja parte, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da EMISSORA, exceto por aqueles já existentes na presente data ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

f) as demonstrações financeiras da EMISSORA, datadas de 31 de dezembro de 1999 e de 30 de setembro de 2000, representam corretamente a posição financeira da EMISSORA em tal data e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

g) a EMISSORA está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios; e

h) exceto pelas contingências informadas nos Prospectos, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na EMISSORA, em sua condição financeira ou outras, ou em sua atividade.

## CLÁUSULA XI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

### 11.1. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da EMISSORA prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

### 11.2. Foro

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

## CLÁUSULA XII - DOS ANEXOS

Fazem parte do presente instrumento os seguintes documentos de garantia:

No ANEXO I - Os Aditivos aos Documentos de Garantia e o Contrato de Adesão ao Contrato de Partilha de Garantias, através dos quais os debenturistas, representados pelo AGENTE FIDUCIÁRIO DOS DEBENTURISTAS, são admitidos como Partes Garantidas e passam a compartilhar as garantias em condições *pari passu* com as demais Partes Garantidas.



26 (de 27)



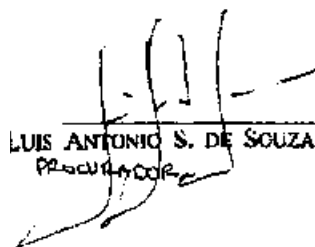
No ANEXO II - Os contratos constitutivos das garantias referidas no item 4.4.1, supra, e respectivos aditivos.

No ANEXO III - Contrato de Partilha de Garantias

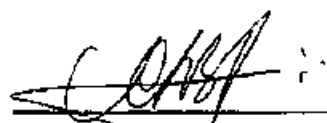
Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

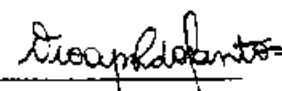
Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 2001.

COMPANHIA PETROLÍFERA MARLIM

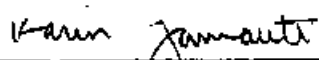
  
 LUIS ANTONIO S. DE SOUZA  
 Procurador

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.

  
 Carlos Araújo Borges de Sousa

  
 Viviane A. R. dos Santos

TESTEMUNHAS:

  
 NOME: KARIN YAMAJI  
 RG: 27.149.638-1

  
 NOME: CATHERINE D. M. BARBOSA  
 RG: 21.279.088



COMPANHIA PETROLÍFERA MARLIM  
 ESCRITURA DA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES

27 (de 27)

